

Resíduos de óleo são registrados no Estado do Rio pela primeira vez

Cerca de 300 gramas do material foram removidos de praia em São João da Barra. Material é compatível com o visto no litoral da Região Nordeste e no Espírito Santo

Renato Grandelle

23/11/2019 - 10:03 / Atualizado em 25/11/2019 - 09:57



Fragmentos de óleo encontrados em São João da Barra Foto: Divulgação/Marinha do Brasil

RIO — Pequenos fragmentos de **óleo** foram detectados e removidos antontem na Praia de Grussaí, em **São João da Barra**, no Norte do Estado do Rio. Este é o primeiro registro no litoral fluminense do resíduo que já chegou a praias de toda a Região Nordeste e do [Espírito Santo](#).

O material encontrado tem cerca de 300 gramas, segundo o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM). Equipes do **Ibama**, **Marinha**, Instituto Estadual do Ambiente (**Inea**) e da prefeitura de São João da Barra iniciaram vistorias em busca de novos fragmentos da substância, mas não identificaram outros pontos afetados. Um grupo de trabalho se reunirá amanhã para planejar a reação à eventual chegada de mais resíduos.

Leia mais: [Em março de 2018, governo foi alertado sobre incapacidade de conter desastre de óleo](#)

O presidente Jair **Bolsonaro**, que participou ontem de cerimônias na Vila Militar, na Zona Oeste do Rio, assinalou que o país se [preparou para o pior](#) — o que significa que uma nova leva de óleo, muito maior do que a observada até agora, pode chegar ao litoral brasileiro:

— Gostaríamos muito que fosse identificado quem realmente cometeu, no meu entender, esse [ato criminoso](#). Agora, não sabemos o quanto de óleo ainda tem no mar. Na pior hipótese, um petroleiro, caso tenha jogado no mar toda a sua carga, menos de 10% chegou em nossa costa ainda, então nós nos preparamos para o pior. Pedimos a Deus que isso não aconteça.

Emilio La Rovere, engenheiro de sistemas e coordenador do Laboratório de Meio Ambiente da Coppe/UFRJ, avalia que Bolsonaro tenta contornar a crise buscando um “bode expiatório”.

— Esta declaração mostra a mentalidade do governo. Não sabemos se é um ato criminoso, até porque, segundo convenções sobre segurança marítima, há condições em que os navios, em último caso, podem liberar sua carga para evitar um naufrágio — ressalta. — Além disso, o culpado pelo vazamento nem sempre terá condições para remediar o dano. O governo deve tomar todas as providências e, depois, apresentar a fatura para a empresa responsável pelo incidente.

‘Uma questão de tempo’

Coordenador do Laboratório de Análise e Processamento de Satélites (Lapis) da Universidade Federal de Alagoas, **Humberto Barbosa** considera que a chegada do óleo no Estado do Rio era “uma questão de tempo”.

— Os satélites Sentinel flagraram, no dia 1º de julho, um derramamento de óleo na Baía de Campos. [No dia 19, vimos o mesmo na Paraíba](#) . Então, precisamos saber se os fatores estão relacionados, se estamos falando de uma só embarcação — explica.



A praia de Grussai, em Barra de São João Foto: André Teixeira/Agência O Globo

Especialistas, porém, descartam a possibilidade de que o óleo cru chegue à cidade do Rio. Para isso, a substância teria de passar por um recuo na costa brasileira, na altura da Região dos Lagos. Trata-se de uma localidade marcada por uma intensa corrente de água fria, que empurraria o óleo para o Atlântico.

La Rovere avalia que é “extremamente improvável” que o óleo passe por este obstáculo geográfico. Por isso, acredita que o governo deve se dedicar a outras tarefas, como analisar a diferença na composição química dos vestígios encontrados no Sudeste e no Nordeste, além do perigo à saúde provocado pela exposição à substância.

— Precisamos de mais centros de contingência em todo o litoral, que possam medir os danos — reivindica.

Nesta segunda-feira, o Movimento Baía Viva entrará com uma representação judicial junto ao Ministério Público Federal e à Procuradoria Geral da República, requerendo uma atuação ampliada, “em regime de urgência” contra o vazamento de óleo, devido ao seu impacto ambiental e econômico. Também pedirá a decretação do estado de emergência em saúde pública em todos os Estados e municípios afetados pelo óleo:

“Os dados oficiais mostram que de cada dez locais atingidos, três voltaram a apresentar manchas de óleo após a limpeza. Teme-se que como trata-se de petróleo cru, pesado, a maior parte da mancha de óleo ainda possa estar no fundo do mar, o que poderá ampliar os impactos sobre a vida marinha, a pesca e o turismo. O próprio Presidente da República neste sábado (23/11) admitiu que há a hipótese de “menos de 10” do volume total de óleo ter chegado à costa brasileira...!”, destacou o Baía Viva, em nota.

O movimento anunciou que moverá uma ação civil pública pelo afastamento do ministro do **Meio Ambiente** , **Ricardo Salles** , por ter [demorado 41 dias para acionar o plano nacional de contingência por incidentes de poluição por óleo](#) . Salles, segundo o Baía Viva, teria

cometido crimes de "omissão, negligência, leniência, inépcia, inação, inércia e prevaricação".

Segundo um levantamento divulgado pelo Ibama na última quinta-feira, 724 localidades foram afetadas até agora pelo óleo. Entre os municípios do litoral nordestino, 72% deles tiveram praias atingidas pelo desastre ambiental.